

SEMANA DE INCLUSÃO DA UEMS

NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Adriana Pereira da Silva Santos
adrianapsantos@ufgd.edu.br
Universidade Federal da Grande Dourados

Washington Cesar Shoiti Nozu
washingtonnozu@ufgd.edu.br
Universidade Federal da Grande Dourados

Andressa Santos Rebelo
andressa.rebelo@ufgd.edu.br
Universidade Federal da Grande Dourados

EIXO TEMÁTICO: A pessoa com deficiência, transtornos globais e/ou Altas habilidades/superlotação no Ensino Superior.

RESUMO

O presente estudo visa compreender aspectos das atribuições dos Núcleos de Acessibilidade, implementados nas universidades federais brasileiras por meio do Programa Incluir, voltados para a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial. O objetivo geral foi analisar a atuação desses Núcleos no processo de inclusão, conforme retratado na produção científica nacional. Como objetivos específicos, propôs-se identificar as principais demandas e ações inerentes a esse público e sintetizar os desafios enfrentados pelos Núcleos no contexto universitário. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica, desenvolvida através do método de revisão sistemática. A análise contemplou 22 artigos selecionados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mediante a aplicação de um protocolo fundamentado nos critérios da declaração PRISMA 2020. Os resultados identificaram que as principais demandas e ações estão associadas ao suporte pedagógico aos estudantes, à garantia de acessibilidade arquitetônica e linguística, à oferta de tecnologia assistiva e à orientação e formação da comunidade acadêmica. Por sua vez, os desafios referem-se ao gerenciamento dos recursos financeiros, à formação e capacitação das equipes e à articulação com setores internos das universidades. Conclui-se que os Núcleos de Acessibilidade desempenham um papel relevante na inclusão na Educação Superior, porém necessitam de maior suporte institucional. Torna-se fundamental fomentar debates sobre as responsabilidades desses setores frente às demandas emergentes. Espera-se que esta pesquisa contribua para a reflexão sobre a temática, evidenciando a necessidade de políticas eficazes que fortaleçam a atuação dos Núcleos e assegurem o direito à educação de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão educacional. Pessoas com deficiência. Universidades federais brasileiras. Revisão de literatura.

INTRODUÇÃO

Em face do princípio da educação inclusiva, o governo federal brasileiro passou a direcionar, a partir de meados da década de 2000, ações para a promoção da escolarização de estudantes considerados público da Educação Especial em espaços comuns, tanto na Educação Básica, quanto na Educação Superior.

No nível da Educação Superior, em 2005, foi criado o Programa Incluir, com o objetivo de promover a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação – definidos como público da Educação Especial (Brasil, 2008) – no ambiente universitário, principalmente por meio da atuação dos denominados núcleos de acessibilidade.

Os núcleos de acessibilidade visam “eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos” (Brasil, 2013, p. 13), no contexto da Educação Superior. Conforme o Documento Orientador do Programa Incluir:

Os Núcleos de Acessibilidade devem estar estruturados em quatro eixos, a saber: a) infraestrutura, que almeja a uma estrutura arquitetônica atenta aos princípios do desenho universal; b) currículo, comunicação e informação, que devem garantir o acesso, a participação e a acessibilidade aos estudantes; c) programa de extensão, que assegura a toda comunidade acadêmica a participação em projetos de extensão das universidades; e d) programa de pesquisa, que visa à participação dos estudantes PAEE [público-alvo da Educação Especial] no desenvolvimento de pesquisas científicas (Brasil, 2013, p. 13-14).

Nos últimos anos, muitas experiências realizadas pelos núcleos de acessibilidade foram registradas pela produção científica brasileira.

Assim, o presente texto objetiva analisar a produção científica nacional sobre os núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão sistemática. Para assegurar rigor e transparência em todas as etapas, o método se inspirou em alguns itens das diretrizes estabelecidas pela declaração PRISMA 2020, reconhecida como referência para revisões sistemáticas e meta-análises (Page et al., 2022). Essa escolha metodológica permitiu não apenas a organização criteriosa da coleta de dados, mas também a análise consistente dos estudos selecionados.

Os procedimentos metodológicos foram conduzidos em oito etapas (Costa; Zoltowski, 2014), que se estruturaram em: Delimitação da questão a ser pesquisada; Escolha da fonte de dados; Definição das palavras-chave para a busca; Busca e armazenamentos dos estudos elencados; Seleção dos

trabalhos de acordo com os critérios de elegibilidade; Extração dos dados dos trabalhos selecionados; Avaliação dos trabalhos; e Síntese e interpretação dos dados.

Assim, a primeira consistiu na formulação da questão problemática da pesquisa, alinhada ao objetivo geral, a saber: quais são as principais demandas, ações e desafios dos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras apontados pela literatura especializada brasileira?

Em seguida, realizou-se a delimitação da base de dados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando a palavra-chave “núcleo de acessibilidade” e aplicando filtros específicos, como tipo de recurso (artigos) e idioma (português). Sobre os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados apenas artigos que apresentavam o termo “Núcleo de Acessibilidade” no título, resumo ou objetivos, além de estudos relacionados a universidades federais brasileiras e que utilizassem metodologias como relatos de experiência, pesquisas documentais ou entrevistas. Com base nesses critérios, inicialmente foram identificados 54 artigos, dos quais 22 atenderam às exigências de elegibilidade.

Na sequência, a etapa de extração, organização e análise dos dados possibilitou a sistematização das informações em três categorias específicas, a saber: demandas, ações e desafios enfrentados pelos núcleos de acessibilidade. Para organização dos dados, foi utilizado um protocolo previamente definido (Rebelo, 2023). Ao proporcionar a análise, a revisão sistemática contribuiu para a compreensão dos núcleos de acessibilidade e o processo de inclusão de estudantes público da Educação Especial na Educação Superior, além de fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas e práticas inclusivas nas universidades federais brasileiras.

RESULTADOS

O estudo identificou que os núcleos de acessibilidade enfrentam diversos desafios. Sobre isso, destacou-se que o gerenciamento de recursos financeiros e suas implicações para a formação, articulação institucional e adaptação de ambientes exigem uma reflexão sobre os entraves e as necessidades estratégicas para uma atuação eficaz. O manejo financeiro dentro do Programa Incluir muitas vezes dificulta o planejamento e a execução de ações para a inclusão. Isso se manifesta na necessidade de cumprir exigências burocráticas e prazos rígidos, o que pode atrasar iniciativas essenciais para a promoção de acessibilidade e apoio aos estudantes público da Educação Especial.

Além disso, cortes orçamentários atingem serviços fundamentais, como a contratação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), comprometendo a qualidade da comunicação e a participação plena de estudantes surdos. A escassez de verbas para ampliar equipes e adquirir recursos tecnológicos agrava o quadro, limitando a capacidade das instituições de oferecer atendimento

qualificado, acompanhar as demandas emergentes e inovar na oferta de apoios pedagógicos. Em suma, a restrição orçamentária não é apenas uma questão financeira; é um entrave estratégico que impacta a qualidade da educação, a equidade e a inclusão desses estudantes.

Os núcleos de acessibilidade, a partir de demandas e desafios identificados, promovem ações voltadas à melhoria das condições institucionais e pedagógicas, com o objetivo de assegurar o acesso e permanência acadêmica dos estudantes da Educação Especial. Essas iniciativas envolvem desde adaptações estruturais, arquitetônicas, comunicacionais e tecnológicas no fortalecimento de práticas inclusivas, de modo a contribuir para a efetivação do acesso à Educação Superior. O levantamento dos artigos apontou que os núcleos oferecem uma gama de serviços e apoios, a qual chamam de estrutura humana. Esses serviços e apoios podem estar organizados em equipes formadas por docentes, técnicos ou bolsistas, e podem abranger áreas como comunicação, administração, didática, formação de professores e funcionários (Ciantelli; Leite, 2016, p. 11).

No que se refere à formação e capacitação dessas equipes, observou-se a carência de formação especializada para profissionais que atuam nos núcleos e para docentes que atendem a esses estudantes. A falta de qualificação compromete as ações, uma vez que a adaptação de conteúdos e a utilização de recursos acessíveis dependem de capacitação adequada. Os docentes enfrentam dificuldades para transformar conteúdos pedagógicos em formatos inclusivos, o que reduz a participação e o sucesso dos acadêmicos. Identificou-se ainda a necessidade de expandir as equipes para atender às demandas emergentes, o que exige planejamento de quadro funcional, contratações relacionadas às demandas e desenvolvimento de ações para acompanhar as necessidades dos estudantes.

Além disso, de acordo com Pletsch, Melo e Cavalcante (2021, p. 30), “os núcleos ou setores responsáveis pela acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nas universidades devem ser compreendidos de forma intersetorial e transversal na instituição”. Nesse sentido, a articulação com setores internos das universidades revela desafios significativos. A dificuldade de integração/comunicação entre os núcleos e outros setores da universidade dificulta a implementação e a articulação de ações conjuntas e de políticas integradas de inclusão. A insuficiência de suporte externo e de colaboração intersetorial restringe a troca de experiências, a partilha de recursos e a construção de soluções conjuntas.

Outra questão observada foi a ausência de plataformas acadêmicas e sites acessíveis, o que restringe o acesso à informação e à comunicação entre estudantes, docentes e equipes. Além disso, há a necessidade de adaptar ou adequar ambientes, materiais didáticos e procedimentos administrativos para atender às especificidades dos estudantes, como os com Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outros perfis. Esses desafios refletem a necessidade de novas discussões, de maior investimento,

planejamento e articulação institucional para a garantir aos estudantes público da Educação Especial que tem chegado a esse nível de ensino as condições adequadas para a aprendizagem.

A inclusão na Educação Superior evoca uma dinâmica cooperativa entre diferentes atores (gestores, professores, equipes multiprofissionais, estudantes), cuja atuação deve incidir nos processos de planejamento, identificação e desenvolvimento de recursos, estratégias de ensino e avaliação, comprometendo-se a gerenciar, ao longo das trajetórias escolares, acadêmicas e de formação profissional, possíveis barreiras e/ou facilitadores que se apresentem nos tempos e espaços (Cabral, 2017, p. 157).

A partir desses desafios e demandas emergentes, esta pesquisa sinalizou que os núcleos de acessibilidade já realizam diversas ações para promover a inclusão de estudantes público da Educação Especial na Educação Superior. O suporte pedagógico, como uma delas, constitui um aspecto para a promoção da inclusão e da equidade no ambiente acadêmico. Nesse sentido, a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) apresenta-se como uma estratégia relevante, pois possibilita a esses estudantes o acesso a práticas pedagógicas atentas às suas necessidades. Outro aspecto é o auxílio na criação de materiais acessíveis, que podem favorecer o aprendizado e a autonomia, a fim de contribuir efetivamente para a formação do discente.

Além disso, a organização de editais para a seleção de bolsistas de apoio pedagógico tende a contribuir com esse processo, possibilitando algum suporte com foco no acompanhamento individualizado. Ao mesmo tempo, a contratação de bolsistas apresenta aspectos negativos, tornando o caráter desse serviço como provisório e não profissionalizado.

No campo da acessibilidade e da tecnologia assistiva, destaca-se a produção de materiais alternativos, como livros em braille e audiobooks, bem como a disponibilização de recursos tecnológicos, como leitores de tela, lupas eletrônicas e softwares específicos, ampliando as possibilidades de acesso a recursos, por vezes, imprescindíveis para o processo de aprendizagem. Também merece atenção a organização de cursos de Libras e a orientação quanto aos critérios de avaliação para estudantes surdos, a fim de promover, assim, condições mais justas de ensino e aprendizagem.

A pesquisa indicou que o conjunto dessas ações evidencia que a inclusão no âmbito universitário vai além do simples acesso, pois se trata de garantir condições para a permanência e o sucesso acadêmico. O fortalecimento do suporte pedagógico, a ampliação dos recursos de acessibilidade e o investimento na formação da comunidade acadêmica constituem, portanto, pilares para o acesso e a permanência, a fim de promover o “desenvolvimento de uma cultura inclusiva dentro das universidades” (Cabral, 2017, p. 380).

Nessa perspectiva, a autonomia dos estudantes é elemento importante para o seu desenvolvimento acadêmico, exigindo a implementação de programas e serviços que favoreçam sua permanência e participação na universidade, como o empréstimo de equipamentos, o suporte em atividades específicas e a orientação para o uso de plataformas digitais e recursos tecnológicos. Essas iniciativas fortalecem a independência e o engajamento dos estudantes público da Educação Especial, cuja inserção em projetos de pesquisa e extensão representam estratégias para promover inserção na vida acadêmica, ampliar oportunidades de aprendizagem e desenvolver aptidões e habilidades para além da sala de aula, contribuindo para sua trajetória de vida e formação integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados, constatou-se que os núcleos de acessibilidade desempenham papel relevante no processo de inclusão dos estudantes público da Educação Especial na Educação Superior, mas sua atuação não deve ser compreendida de forma isolada. Os dados indicaram também que os núcleos enfrentam problemáticas como corte de recursos financeiros, ausência de profissionais especializados e articulação institucional, apontando a necessidade de políticas mais eficazes e ações contínuas para fortalecer a inclusão na Educação Superior.

Nessa perspectiva, Nozu, Bruno e Cabral (2018) destacam que, embora os núcleos de acessibilidade possuam potencial no desenvolvimento de práticas e ações afirmativas de caráter inclusivo, não se pode atribuir a eles, de forma exclusiva, essa responsabilidade. A efetivação da inclusão exige o comprometimento coletivo, por meio de um conjunto articulado de ações que favoreçam a permanência dos estudantes, transformem realidades individuais, assegurem apoios especializados e garantam, de fato, o direito à educação.

A efetivação do direito à educação requer a corresponsabilidade de toda a comunidade acadêmica e a consolidação de políticas institucionais que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito desses estudantes. Ações voltadas à autonomia, ao protagonismo estudantil, ao suporte pedagógico e à eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais mostram-se essenciais para transformar realidades, ampliar oportunidades e assegurar uma Educação Superior inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador Programa Incluir**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior brasileiro: histórico, políticas e práticas. **Revista de Educação PUC Campinas**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 371-388, 2017.

CAPES. **Portal de Periódicos**, Brasília, [2023]. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezr.periodicos.capes.gov.br/index.php>? Acesso em: 11 dez. 2023.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/xThwG4TvvVT86tFY9cG66nN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2025.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von (org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014. p. 55-70.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia; CABRAL, Leonardo Santos Amâncio. Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, n. esp., p. 105-113, 2018.

PAGE, Matthew J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 1-20, 2022.

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso. Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior: experiências e desafios contemporâneos. In: MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; GUERRA, Érica Simony F. M.; FURTADO, Margareth Maciel F. D. (org.). **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia, 2021. p. 26-38.

REBELO, Andressa Santos. **Protocolo de Revisão Sistemática de Artigos (PRSA): Versão Final**. Corumbá, MS: GEPEI, 2023. Texto não publicado.

SANTOS, Adriana Pereira da Silva. **Núcleos de Acessibilidade: uma revisão sistemática sobre a inclusão de estudantes público da Educação Especial na Educação Superior**. 2024. 93 f. Dissertação, Mestrado em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2024.